



BEYA XARABU

EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS, REPARAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURAS VIVAS

Nós povos indígenas do Pampa, do Pantanal, da Mata Atlântica, do Cerrado, da Caatinga, da Amazônia e dos ecossistemas marinhos e costeiros, participantes do Colóquio “Expressões Culturais Tradicionais e Experiências Museográficas no Século XXI” realizado pela Universidade de Sorbonne Nouvelle, pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas do Brasil e pela Unesco, em Paris, de 25 a 27 de junho de 2025, no contexto do Ano do Brasil na França, da Década Internacional das Línguas Indígenas, dos 20 anos da Convenção da Unesco sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, e dos 10 anos da Recomendação sobre a Proteção e Promoção dos Museus e Coleções e seu Papel na Sociedade,

Reafirmamos como referências para a implementação de medidas concretas de valorização, promoção e proteção das nossas expressões culturais tradicionais:

- Documento final do Seminário Internacional Povos Indígenas e Diversidade Cultural: Saberes, Fazeres e Biodiversidade. Como Proteger para o Futuro? realizado em abril de 2024, no Rio de Janeiro, intitulado “Protegendo Saberes, Fazeres, Sabores e Dizeres para o Futuro da Sociobiodiversidade Indígena”;
- Carta de Belém das Línguas dos Povos Indígenas do Brasil (2º Seminário Internacional - Viva Língua Viva);
- Plano de Ação para a Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil.

Reiteramos que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas é o mínimo legal a ser reconhecido e implementado na proteção das nossas expressões culturais tradicionais, conhecimentos tradicionais e recursos genéticos intrínsecos a essas expressões;

Celebramos o reconhecimento da diversidade cultural e linguística no Marco Mundial de Biodiversidade de Kunming-Montreal aprovado pela Decisão 15/4, Seção K, parágrafo 22 da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Enfatizamos que os instrumentos internacionais de salvaguarda e proteção das nossas expressões culturais tradicionais devem reconhecer sua natureza inalienável, indivisível e imprescritível: nossas expressões culturais tradicionais, os conhecimentos tradicionais e recursos genéticos fazem parte indissociável da nossa identidade coletiva e são a herança das gerações futuras;





Afirmamos que a integridade e a integralidade da diversidade cultural dos povos indígenas só poderão ser protegidas respeitando nossos usos, costumes e tradições, os conhecimentos sobre a fauna e a flora que conservamos em nossos territórios porque integram os estilos de vida e a cosmovisão de cada povo;

Os territórios indígenas abrigam sabedorias milenares, ciências e tecnologias que tem sido alvo de extrativismos material e intelectual, as línguas expostas a risco de desaparecimento, os cantos, os grafismos, os sistemas de cura, a espiritualidade, a arte, os saberes e modos próprios de organização social, econômica e política. São territórios que funcionam como centros vivos de criação cultural e de resistência, essenciais não apenas para os povos indígenas, mas para toda a humanidade;

As expressões culturais de cada povo indígena brotam dos nossos territórios tradicionais. São formas de saber e de fazer que integram, de maneira indissociável, a identidade e a soberania cultural dos nossos povos: a arte da cerâmica é a retomada da terra com as mãos, nossos adornos são tecidos com plumárias, sementes, fibras, dentes e ossos. O urucum e o jenipapo, entre outros, colore os grafismos que dão significado e beleza às nossas pinturas corporais e às nossas cestarias: recursos genéticos das florestas plantadas pelos nossos ancestrais que, com seus roçados, representam as áreas mais importantes da biodiversidade terrestre;

Nossos rituais não são produtos com preço e prazo de validade e devem ser reconhecidos como patrimônio coletivo dos povos indígenas que criaram, praticam e conservam expressões culturais que não são associadas a recursos genéticos: nossos saberes são intrínsecos a esses recursos e não podem ser separados da espiritualidade e da ancestralidade dos nossos povos;

As necessidades e prioridades dos nossos povos com relação à proteção e promoção das nossas expressões culturais tradicionais requer escuta respeitosa, justiça epistêmica a partir da memória viva dos nossos povos e compromisso coletivo com a reparação cultural, histórica, intelectual, mediante a afirmação de direitos por parte de Estados Nacionais, Organizações Multilaterais, instituições de Ensino Superior e instituições museais;





Os museus são órgãos políticos com um papel central na representação da diversidade cultural de uma sociedade. Os povos indígenas propõem a superação do museu do passado, o museu histórico, clássico destinado a conservar coleções constituídas geralmente em contextos coloniais com a criação de novos museus oriundos de uma concepção museológica que se distancia desse modelo e almejam criar museus vivos, do presente e do futuro ancestral;

Para a criação deste museu plural é imprescindível um diálogo profundo com a sociedade civil para assim concretizar as suas expectativas. Uma concepção compartilhada dos museus, de suas coleções e de sua gestão responde a critérios amplos de democracia. No entanto, vencer as barreiras legais e institucionais que regem o funcionamento dos museus, principalmente das grandes instituições museais é um enorme desafio. Povos indígenas; afrodescendentes e outras comunidades tradicionais, precisam ser protagonistas da gestão das suas expressões culturais;

O museu do século 21, um museu do futuro ancestral, deve desconstruir as relações de poder existentes e abarcar todas as iniciativas e demandas desses atores. O novo museu extrapola as barreiras físicas, existindo tanto dentro como fora de muros, abrindo-se para a gestão compartilhada e novas formas virtuais. O caminho para os novos museus seria transformar curiosidade, exotismo e apreciação meramente estética por uma experiência imersiva nas manifestações culturais dos povos ali presentes;

O Brasil abriga 305 povos indígenas, falantes de mais de 200 línguas, reconhecido como o quinto país com maior diversidade cultural e linguística do mundo. Essa diversidade não se limita a números: ela pulsa viva nos territórios indígenas, que devem ser reconhecidos como espaços de memória viva, onde o conhecimento ancestral é cultivado, transmitido e recriado por meio das gerações, especialmente pelas anciãs e anciãos — proprietários e guardiões da memória e da continuidade dos saberes tradicionais;

As línguas indígenas são parte da nossa identidade coletiva, memória viva que nos guia e orienta através da palavra dos nossos ancestrais, manifestando nossa resistência histórica, social e cultural. Elas brotam e se firmam no chão do território, expressando nossos saberes, lutas, assim como nosso jeito e dignidade de viver;





Assim como os territórios tradicionais indígenas são espaços de memória, conhecimento e criação contínua, **os museus devem ser reconhecidos como territórios específicos de afirmação cultural**, espaços vivos de disputa simbólica e de reconexão com os nossos saberes ancestrais. Não se trata apenas de locais de exposição, mas de territórios de diálogo, cura, resistência e reconstrução da memória coletiva. Quando construído com protagonismo indígena, o museu deixa de ser uma vitrine colonial e passa a ser um território de fala, onde as vozes dos povos indígenas ecoam com autonomia, contribuindo para a reparação histórica e o fortalecimento das identidades culturais;

Reconhecer o museu como território é reconhecer o direito dos povos indígenas de habitar, transformar e gerir os espaços onde seus patrimônios são preservados, contados e projetados para o futuro.

Destacamos a importância da criação de protocolos de uso das nossas Expressões Culturais Tradicionais, instrumentos legítimos e autônomos criados pelos próprios povos indígenas para estabelecer regras claras sobre o acesso, uso e respeito aos nossos conhecimentos, práticas e patrimônio cultural com o protagonismo das nossas lideranças tradicionais e dos profissionais indígenas e financiamento por parte do Estado e instituições multilaterais. Os Protocolos são mecanismos de autodeterminação e soberania cultural. Eles protegem os saberes tradicionais e asseguram que qualquer ação externa — seja ela acadêmica, política, econômica ou artística — respeite o consentimento livre, prévio e informado, bem como os valores, decisões e os direitos dos povos indígenas, no exercício da nossa livre determinação, em cumprimento à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional que a incorporou ao nosso arcabouço jurídico;

Os protocolos indígenas são instrumentos fundamentais para proteger o patrimônio cultural, os conhecimentos tradicionais e os territórios dos povos indígenas. Eles definem as regras próprias de cada povo para o acesso e uso de seus saberes, práticas, lugares sagrados e modos de vida. Ao criar seus próprios protocolos, os povos indígenas afirmam sua autonomia, garantem respeito à sua organização social e fortalecem a luta contra a exploração indevida de seus bens culturais, naturais e territoriais. Também são ferramentas importantes para orientar pesquisadores, instituições, empresas e gestores públicos sobre como devem agir com ética e responsabilidade ao entrar em contato com os povos indígenas;





Recomendamos aos mecanismos internacionais, organismos multilaterais, aos Estados e suas instituições responsáveis pelas políticas públicas de cultura para povos indígenas, pelos acervos e políticas e memória:

- Reconhecer a importância das expressões culturais tradicionais que integram o patrimônio cultural dos povos indígenas material e imaterial como propriedade inalienável, indisponível e imprescritível dos povos indígenas;
- Elaborar mecanismos e políticas de reparação que garantam aos povos indígenas:
 - a) O amplo acesso às expressões culturais tradicionais, que integram o patrimônio cultural material e imaterial de cada povo indígena, assim como a os registros e à documentação relacionada aos mesmos;
 - b) A requalificação integrada e atualização dos acervos etnográficos em diálogo mediante a gestão compartilhada com os povos indígenas seguindo os devidos protocolos de uso das nossas expressões culturais tradicionais, elaborados de maneira livre, prévia e informada de acordo com os tratados internacionais, de maneira a respeitar sua nomenclatura de origem, cuidados de manutenção física e cultural pertinente à cada povo;
- Garantir o protagonismo dos povos indígenas, mediante a criação de mecanismos de financiamento para a participação ampla, plena e efetiva na elaboração de políticas e protocolos pertinentes à proteção, manutenção e salvaguarda de seu patrimônio cultural em todos os espaços e instituições pertinentes, a exemplo das sessões da Unesco, do Comitê Intergovernamental da Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore da Organização Mundial da Propriedade Intelectual;
- Elaborar políticas nacionais de restituição e repatriação de acervos e coleções em diálogo com o Estado Brasileiro e suas organizações indígenas de forma a que as expressões culturais tradicionais, integrantes do patrimônio de cada povo indígena enquanto bens inalienáveis, indivisíveis e imprescritíveis possam retomar seu devido lugar junto à seus povos de origem e à população brasileira;





- Promover a manutenção e fortalecimento da nossa diversidade linguística, mediante a criação de um fundo com o objetivo de garantir as ações para o reconhecimento, valorização, retomada, revitalização, fortalecimento e promoção das línguas indígenas, incluindo as línguas indígenas de sinais e braslind, em diálogo com as organizações e coletivos dos povos indígenas, as instituições nacionais, multilaterais e internacionais que estão à frente das políticas linguísticas;
- Fortalecer as iniciativas locais dos povos indígenas junto às nossas comunidades e territórios como museus de culturas vivas, escolas e projetos voltados à continuidade dos fazeres culturais por meio de parcerias para o fomento da produção cultural dos povos indígenas como política de reparação cultural;

Nossos biomas dependem dos nossos saberes e fazeres para permanecer vivos. Nossas culturas são a expressão do espírito de nossos territórios, terrenos férteis de onde brota a diversidade de línguas, culturas, ciências e tecnologias que podem oferecer soluções para um futuro possível. Neste momento global em que o equilíbrio dos nossos territórios, línguas, memórias e vidas estão em risco, a responsabilidade e o compromisso com o futuro correspondem a todos nós, indígenas e não indígenas, pela manutenção da diversidade.

Medidas concretas devem ser adotadas pelos Estados Nacionais, Organizações Multilaterais, Instituições de Ensino Superior e instituições museais para atender as demandas e recomendações dos povos indígenas na implementação de políticas públicas de cultura. O reconhecimento da nossa luta por autonomia, dignidade e protagonismo e o pleno respeito aos nossos direitos culturais é o que garantirá um futuro em que a diversidade possa florescer e frutificar.

Paris, 27 de junho de 2025.





REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO



MINISTÉRIO DA
CULTURA

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES

